

# Ética e turismo: (des)compromisso das políticas nacionais no processo de retomada pós-pandemia da COVID-19

## Ethics and tourism: (dis)commitment of national policies in the post-COVID-19 recovery process

**João Paulo Faria Tasso**

### Resumo

É natural que, com o avanço massivo da vacinação (53% no mundo e 76% no Brasil), e com a adoção de novos protocolos de biossegurança, entenda-se que o processo de retomada gradual do Turismo deva compor um quadro de estratégias governamentais, voltado à mitigação da asfixia econômica e de índices alarmantes de desemprego acarretados pela pandemia da COVID-19. Todavia, parece ser prudente questionar em que medida tais iniciativas do poder público têm incorporado, em suas concepções, pressupostos éticos que desconstruam a retórica racionalidade do setor, reduzida à sustentação do dinamismo econômico, e que ressignifiquemos reais propósitos do turismo, voltados ao bem comum e à sustentabilidade. Tal questionamento se faz necessário diante de uma série de distúrbios e de ameaças (sociais, ambientais, culturais, e também econômicas) que, antes mesmo do período pandêmico, já se manifestavam em diversas regiões do território nacional. O objetivo do presente capítulo é reconhecer lacunas éticas nas políticas públicas nacionais voltadas à retomada do turismo, contribuindo para a formulação de futuras propostas de intervenção mais responsáveis e sustentáveis. Foi realizada uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, a partir de entrevistas com 30 pesquisadores de notório saber no campo do turismo e notícias oficiais de mídia eletrônica. Resultados: (a) o cerne do propósito ético em se fomentar o turismo num território deveria estar na busca pelo bem comum e no desenvolvimento humano e sustentável; (b) há notadamente um desbalanceamento ético nas estratégias políticas implementadas, representado pelo incentivo irrevogável à imediata retomada do turismo nos moldes convencionais, e a não atenção a questões ambientais, trabalhistas, infraestruturais e socioculturais.

**Palavras-chave:** Ética; Sustentabilidade; Turismo; Políticas públicas; COVID-19; Bem Comum.

## Abstract

Considering the massive advance in vaccination, and the adoption of new biosafety protocols, it is understood that the process of gradual resumption of tourism should comprise a framework of government strategies, aimed at mitigating economic asphyxia and alarming unemployment rates caused by the COVID-19 pandemic. However, it seems sensible to question the extent to which such initiatives by the government have incorporated, in their conceptions, ethical assumptions that deconstruct the rationality rhetoric of the sector, reduced to sustaining economic dynamism, and that reframe the real purposes of Tourism, aimed at common good and sustainability. Such questioning is necessary in face of a series of disturbances and threats (social, environmental, cultural, and economic) that, even before the pandemic period, were already manifested in different regions of the national territory. The objective of this chapter is to recognize ethical gaps in national public policies aimed at the resumption of Tourism, contributing to the formulation of more responsible and sustainable future intervention proposals. Exploratory research, with a qualitative approach, was carried out based on interviews with 30 renowned researchers in the field of Tourism and official electronic media news. Results: (a) the core of the ethical purpose in promoting Tourism in a territory should be in the search for the common good and human and sustainable development; (b) there is notably an ethical imbalance in the implemented political strategies, represented by the irrevocable incentive for the immediate resumption of tourism in the conventional molds, and the disregard for environmental, labor, infrastructural and socio-cultural issues.

**Keywords:** Ethics; Sustainability; Tourism; Public Policy; COVID-19; Common Good.

## Introdução

Certamente, grandes crises mundiais – a exemplo da pandemia da COVID-19 – e as consequências nefastas por elas produzidas, estimulam-nos positivamente em duas frentes: a refletir sobre os modelos postos na contemporaneidade e no mundo globalizado; e a repensar ou ressignificar propósitos e prioridades.

Historicamente, o fenômeno do turismo tem sido conduzido (com raras exceções) sob uma racionalidade econômica que reproduz, como lógica finalística, metas de ampliação do fluxo e de expansão do consumo, como forma de solidificação do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). No Brasil, em 2018 – período anterior ao da pandemia – dados do *World Travel & Tourism Council* (WTTC, 2019) apontavam para o crescimento do setor, com a injeção de 152,5 bilhões de dólares na economia (8,1% do PIB nacional) e crescimento de 3,1% do PIB Turístico. Até aquele momento, o turismo era responsável por quase sete milhões de postos de trabalho (7,5% do total), o que representou a geração de um em cada cinco novos empregos no país. No mesmo ano, foram aportados US\$ 6,2 bilhões por gastos de turistas internacionais, uma alta de 12,8%, em relação a 2017. Ainda no início de 2019, pôde-se identificar uma taxa de crescimento de 7% na chegada de voos

internacionais, se comparado ao mesmo período de 2018 (EMBRATUR, 2019a).

Os dados supracitados acabam por confirmar um cenário econômico promissor que, seguramente, não mereceria ser contestado caso fossem identificados, na mesma proporção, indicadores de: distribuição equilibrada e coerente das receitas por meio de notória participação das comunidades residentes nos benefícios econômicos gerados; cumprimento dos direitos trabalhistas e de combate a subempregos análogos à escravidão; garantia de infraestrutura básica nos destinos visitados; efetiva articulação para conservação e uso responsável de áreas protegidas; contenção dos diversos distúrbios acarretados por níveis saturados de visitação, dentre outros (Tasso et al., 2020).

Ao contrário, o que se observa no Brasil é um contexto problemático – por vezes escamoteado pelos grandes meios de comunicação – representado por diversas perturbações multidimensionais. Em 2018, a taxa de informalidade no setor de turismo atingiu 51,3%, o que corresponde a quase 1,1 milhão de trabalhadores não contemplados por direitos trabalhistas. Se analisadas por repartição regional, as maiores taxas estão concentradas nas regiões Norte (68%) e Nordeste (64%) (IPEA, 2021). É digno de nota que, como destacado por Sachs (2008), a informalidade nas atividades econômicas tomada como “estratégia de sobrevivência” – e não como parte de uma “estratégia de desenvolvimento” –, por mais criativa que seja, só conseguirá oferecer rendimentos insuficientes aos trabalhadores, às custas de muitos sacrifícios e dificuldades aos mesmos.

Com respeito aos trabalhadores formais, o cenário adverso se mantém ao analisar-se a média salarial de 2017. O valor máximo de remuneração mensal atestado por cerca de 69,7% dos trabalhadores do turismo é de, apenas, dois salários-mínimos, sendo que as mulheres tiveram uma remuneração 27% menor que a dos homens (IPEA, 2021).

Se o objeto de análise for o contexto específico de algum destino turístico consolidado no Brasil, exemplos de distúrbios e de ameaças são inesgotáveis. Em Fernando de Noronha (PE), por exemplo, apenas 50% das residências possuem coleta de esgoto e acesso à água potável apenas por dessalinizador, resultando em constante necessidade de racionamento. Evidências de sobrecarga no sistema de abastecimento de energia são frequentes. Indicadores de redução da biodiversidade local e extinção de espécies demonstram a fragilidade do ecossistema (Portal G1, 2019a). Contudo, nenhum destes indicativos parecem incomodar as amplas taxas de visitação anuais – 541,9 mil turistas, só em 2018 – que ultrapassam o limite da capacidade de 89,8 mil visitantes, estabelecido pelo Plano de Manejo do Parque (Estadão, 2019).

Esta dicotomia que se estabelece entre a pujança econômica e as incongruências multidimensionais a ela atreladas, faz do planejamento do turismo um processo complexo de reflexão. Ainda mais complexo se considerados os inegáveis impactos representados pelo advento da pandemia da COVID-19, em âmbito global, sobre o setor de turismo.

Declarado o surto da doença em 30 de janeiro de 2020, pela Organização Pan-Americana de Saúde, e caracterizada como uma pandemia em 11 de março de 2020, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o novo “coronavírus” vem deixando sua marca perniciososa nos

últimos dois anos, disparando o quadro de emergência de saúde pública internacional e afetando gravemente não apenas o sistema de saúde global, mas também diversos setores econômicos, dentre eles o de serviços, em que se insere o turismo.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2021), somente no primeiro trimestre de 2020, a chegada de turistas internacionais no mundo retraiu em 22%, atingindo níveis equiparáveis aos dos anos 1990 (ONU, 2020), e acarretando consideráveis prejuízos nas receitas internacionais, estimados em US\$ 1,3 trilhão (OMT, 2021). Pode-se prever que, até o final do referido ano, quase 120 milhões de empregos diretos do turismo estariam ameaçados.

No Brasil, o impacto da pandemia sobre as empresas do turismo tem sido alarmante. Resultados de pesquisa, apresentados em março de 2021, apontaram que os pequenos negócios no Turismo foi o setor mais afetado dentre todos os demais, atingindo uma redução de faturamento na margem de 59% negativo (SEBRAE, 2021). O índice de desemprego registrou máxima histórica no 1º trimestre de 2021, chegando a 14,7%, atingindo 1,8 milhão de desempregados (IBGE, 2021). O ano de 2020 fechou com um balanço de retração econômica de 4,05% em relação ao ano anterior (Terra, 2021).

E é justamente nesse momento caótico global, em que a pressão popular por ações governamentais imediatistas voltadas ao combate à agudizaçãodos efeitos é vigorosa, que o componente ético não pode ser preterido do processo de elaboração de políticas públicas. A ética (*ethos*) – campo de estudo sobre o comportamento humano e seus valores morais – admite que toda ação humana tende, segundo uma ordem teleológica, a uma finalidade, um propósito supremo (*summumbonum*) que ultrapasse o anseio da busca por riqueza. No campo individual/social, tal finalidade é representada pela busca da felicidade (*eudaimonia*). E, no campo político, o propósito maior se dará na busca pelo bem comum, a partir da adoção da prudência (*phrónesis*) nas ações voltadas ao coletivo, com vistas ao alcance de uma vida virtuosa e equilibrada (Aristóteles, 1991). Diante disso, o objetivo do estudo é reconhecer lacunas éticas nas políticas públicas nacionais voltadas à retomada do turismo no pós-pandemia, contribuindo, inclusive, para a formulação de futuras propostas de intervenção mais responsáveis e sustentáveis.

O capítulo é apresentado, então, a partir de quatro tópicos fundamentais, afora esta Introdução e as Considerações Finais. O primeiro tópico se volta à apresentação da estrutura metodológica definida e seguida durante a realização do trabalho. Em seguida, no segundo tópico, discorre-se brevemente sobre a base de conceitos precípuos da pesquisa, quais sejam: políticas públicas, turismo, ética e bem comum. O terceiro apresenta a síntese das entrevistas realizadas (com pesquisadores de notório saber no campo do turismo). E o quarto e último trata sobre os principais resultados da pesquisa documental (sobre as iniciativas do Governo Federal voltadas à mitigação dos efeitos da pandemia e ao incentivo à retomada do turismo), as repercussões nacionais, assim como as reflexões críticas que se deram a partir dos resultados.

### **Estrutura Metodológica**

A pesquisa de pós-doutorado, desenvolvida pelo autor entre março de 2020 e fevereiro de 2021, que produziu os resultados e sustenta as reflexões críticas apresentadas neste capítulo, foi construída com base de ordem filosófica e de natureza aplicada, utilizando-se de abordagem qualitativa e de caráter exploratório. Por se tratar do objeto central de discussão, a ética – e todo o campo filosófico que a envolve – foi contemplada por levantamento bibliográfico tomando como referência pensadores clássicos e contemporâneos. Percorreu-se desde a base de concepção em Aristóteles (1991), Platão (2012) e Spinoza (2009), até a autores modernos como Bauman (2003) e Boff (2003), entre outros.

A pesquisa pode ser considerada de natureza aplicada por entender que o seu objetivo maior é a geração de conhecimento para aplicação prática (Gerhardt & Silveira, 2009). O intuito do estudo é apresentar elementos fundamentais que possam ser, efetivamente, considerados no processo de formulação de políticas públicas direcionadas à mitigação das consequências da pandemia da COVID-19.

Por se preocupar apenas com um maior aprofundamento da compreensão do universo de significados do objeto pesquisado (ética e políticas públicas de turismo) e do grupo social abarcado por ele, e não com suas representatividades numéricas (Goldenberg, 2004) ou com a redução de fenômenos e de processos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001), instituiu-se a abordagem qualitativa. O caráter exploratório se faz presente por se tratar de um estudo que busca aprofundar um problema – dissociação entre ética e políticas públicas de turismo – ainda pouco discutido, no intuito de torná-lo mais explícito e, assim, permitindo construir hipóteses (Gil, 2019), a partir das contribuições de pesquisadores de notório saber.

Para reconhecer as lacunas éticas nas políticas públicas e outras iniciativas governamentais voltadas à retomada do turismo no Brasil, e pensando num planejamento que atente ao bem comum e à sustentabilidade, a pesquisa buscou responder, dentre outras coisas, duas questões fundamentais:

- Sob bases éticas, quais os reais propósitos em se desenvolver o turismo num território, e quais deveriam ser expressos como premissas centrais nas políticas públicas nacionais de retomada do setor?
- Quais têm sido as estratégias do poder público para mitigação das consequências da pandemia no campo do turismo e para a sua retomada, e quais as repercussões acarretadas por elas?

As etapas percorridas para o desenvolvimento metodológico da pesquisa foram:

(a) Revisão de literatura (“estado da arte”) dos conceitos que tecem o pano de fundo da pesquisa: turismo, ética, políticas públicas, e bem comum. Utilizou-se, como escopo de pesquisa, bases de periódicos nacionais e internacionais, como SciELO e Periódicos Capes;

(b) Levantamento de publicações, nacionais e internacionais, de notícias oficiais, em mídia eletrônica, sobre o processo de retomada do turismo no Brasil, sobre as iniciativas governamentais direcionadas à mitigação dos impactos socioeconômicos a partir da pandemia da COVID-19, e sobre os movimentos populares contrários ao retorno da dita “normalidade” nas visitas;

(c) Realização de entrevistas estruturadas junto a 30 pesquisadores brasileiros de notório saber no campo do turismo, procedidas de forma remota (online) diante das exigências de distanciamento social e quarentena, estabelecidas no período da pesquisa. Para a escolha de cada respondente foram levantadas informações – a partir da Plataforma Lattes CNPq – as quais direcionaram para pesquisadores com notória e comprovada experiência profissional e vivência pessoal no desenvolvimento de pesquisas e de projetos técnicos na área de Turismo. Tratam-se de pesquisadores das seguintes instituições de ensino superior: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Instituto Federal da Bahia (IFB), Universidade Federal Fluminense (UFF), Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (FATEC), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Paulista (UNIP), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade de Brasília (UnB).

(d) Sistematização e análise crítica dos dados obtidos.

### **Conceitos Fundamentais**

Compreender o processo de formulação de uma política pública exige atenção quanto a quatro elementos de análise: contexto sociopolítico e ideológico; alvo de direcionamento; mecanismos utilizados para sua criação; e base teórica de concepção.

Entendidas como ações (ou inações) de intervenção do governo (Dye & Dye, 1992), as políticas públicas refletem, em primeiro lugar, o contexto ideológico e sociopolítico vigente no momento de formulação de suas propostas. Isso significa que sua concepção e a escolha deliberada entre alternativas (Hall & Jenkins, 2004) se darão permeadas por valores, estruturas institucionais e poderes conferidos, além de atributos culturais, econômicos e sociais da sociedade (Hall & Jenkins, 1995; Hogwood & Gunn, 1984).

Outro importante elemento de análise corresponde ao alvo de direcionamento das reais contribuições da política. Para que a proposta da política seja considerada verdadeiramente “pública”, há que garantir direitos de cidadania, atendimento às demandas de setores marginalizados e vulneráveis da sociedade (Teixeira, 2002), e abertura de espaços democráticos de diálogo e de avaliação criteriosa, por parte da sociedade, quanto ao conteúdo que versarão as linhas centrais de intervenção. Somente desta forma será possível reproduzir, com coerência, as reais expectativas do público a que se destina. Do

contrário, se configurarão apenas como políticas “governamentais” (Bursztyn & Bursztyn, 2012).

Nota-se, portanto, o quão imprescindíveis são os mecanismos definidos para estruturação da proposta de intervenção de uma política pública. A garantia de legitimação da participação dos diversos segmentos da sociedade nos processos decisórios é imprescindível. Para tanto, fazem-se necessárias ações de mobilização popular, de conscientização sociopolítica, e de estímulo ao diálogo coletivo, vislumbrando oportunidades de democratização do “acesso” (pelo usufruto dos bens) e, principalmente, da “gestão” (pela tomada de decisão coletiva quanto à distribuição dos bens) (Gastal & Moesch, 2007).

Enfim, o quarto elemento: a base teórica de sustentação da política pública. Este aspecto pode ser tratado como a peça-chave, capaz de desenvolver uma melhor compreensão sobre a complexidade que fundamenta a problemática do objeto (foco do processo de intervenção), garantindo uma melhor leitura do território e das alternativas disponíveis. Da mesma forma, a ausência de uma base teórica sólida, ou mesmo pautada em fundamentações estereotipadas e enviesadas por interesses próprios de uma classe dominante, pode acarretar políticas equivocadas e resultados insatisfatórios, ou até prejuízos irreversíveis para o espaço territorial.

Diante disso, compreender o turismo em sua complexidade é um exercício fundamental no processo de estruturação de uma política pública. Para tanto, há que quebrar, de uma vez por todas, com o histórico reducionismo epistemológico que o classifica como uma atividade econômica, trivial, compartimentalizada e linear (Moesch, 2004). Tratar o turismo sob esta ótica fossilizada é não reconhecer a sua base holística, pautada na multidimensionalidade, multissetorialidade, interdisciplinaridade e transversalidade (Beni, 2020), que compõem a dinâmica de um fenômeno complexo e sistêmico (Beni, 2003; Molina, 1998).

A precípua ressignificação dos propósitos do turismo para além do âmbito econômico se mostra impreterível diante da evidência de severos distúrbios e de ameaças no mundo contemporâneo. A crise climática global (El País, 2021), o descontrolado avanço da pandemia da COVID-19 e da descoberta de novas variantes como a Ômicron (CNN BRASIL, 2021a), os múltiplos reflexos sociais (desigualdade e exclusão), ambientais (devastação e poluição), culturais (desenraizamento e desvalorização da identidade), econômicos (desemprego e informalidade), territoriais (marginalização e gentrificação) e políticos (repressão da participação popular) desastrosos de uma ordinária prática turística não planejada, irresponsável e saturada – *overtourism* (Cheung & Li, 2019; Seraphin et al., 2018) são só alguns exemplos.

Mas quais seriam os reais propósitos em se promover políticas públicas de desenvolvimento do turismo num território, frente ao quadro atual de múltiplas adversidades globais? A verdade é que, não apenas no Brasil, a formulação de políticas públicas carece substancialmente de uma base de reflexão ética que permita definir, de forma crítica e reflexiva, finalidades que direcionem tais intervenções para um futuro de bem-estar coletivo e sustentável (Tasso et al., 2020).

A ética (*ethos*), como campo de estudo da filosofia dedicado à reflexão sobre valores morais, busca analisar criticamente o comportamento humano e a adoção de condutas – antes, durante e depois –, por indivíduos evoluídos, a partir do dimensionamento das consequências de seus atos primários (Boff, 2003). Trata-se de um saber normativo (Cortina et al., 1996) o qual apresenta pressupostos alicerçadores – como caráter, coerência, valores e prudência (*phrónesis*) – voltados à orientação das decisões humanas, para que essas não acarretem prejuízos aos congêneres (Boff, 2003).

A modernidade edificou códigos de ética e leis morais pautados por padrões determinados, definidos apenas por detentores de uma “especialização ética”. A partir daí, criou a ilusão de uma universalidade de normas (doutrinas ideológicas) as quais afastaram dos indivíduos a competência moral e a confiança no próprio julgamento (Bauman, 1998; Bauman, 2011). Em contrapartida, na contemporaneidade, surge uma nova arquitetura ética – a “ética pós-moderna” – na qual abandonam-se padrões e um sistema de normas, e desenvolve-se nos sujeitos o senso não-heterônomo de responsabilidade a partir do exercício da capacidade dos indivíduos em tomarem as suas próprias decisões (Bauman, 2013). Afinal, não é possível que exista responsabilidade sem alteridade.

Numa ordem *teleológica*, pautada sob a base de reflexão aristotélica, a ética sustenta o entendimento de que toda ação e toda racionalidade prática humana são orientadas para uma finalidade, um propósito maior e supremo (*summumbonum*) que supere a ambição pelo acúmulo de riqueza. Trata-se do princípio da *eudaimonia*, em que o alcance da plenitude do ser só se dará pela conquista da felicidade (Aristóteles, 1991).

Atingir tal finalidade suprema só é possível ao homem, por ser ele dotado de sensibilidade, de vontade e de razão que lhe permite agir (Schio, 2009). Todavia, não há como o sujeito alcançar a felicidade no isolamento, ou mesmo na tirania, pois a conquista do “bem supremo” pressupõe uma conciliação entre o bem individual com o bem coletivo (Novaes, 2002). Ou seja, é necessário que o homem se desprenda de paixões egoísticas e pessoais impostas pela razão, em favor do equilíbrio da totalidade social (Platão, 2012), entendendo que o alcance da felicidade individual está indissociável do contexto coletivo (*pólis*), e, por isso, primando pela prudência em suas decisões, como um esforço de auto-preservação (*conatus*) e vontade de perseverar na existência (Spinoza, 2009).

Portanto, se no caminho da ética se toma como princípio fundamental a adoção de condutas que, antes de tudo, busquem o bem comum, deve-se ter claro que a essa noção perpassa por bases genealógicas de pensamento: antiguidade clássica grega (Aristóteles e Platão) e romana (Cícero); filosofia cristã da Idade Média (Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino); pensamento político moderno (Maquiavel e Rousseau) (Cristóvam, 2019).

Dentre os múltiplos entendimentos, o bem comum – seguindo a filosofia platônica – pressupõe o bem máximo de cada indivíduo, apropriadamente integrado com o bem máximo, possível e real, de todos os outros. No contexto político, como um fundamento metafísico que nasce da necessidade de cada ser humano por bens que não pode, por si só, adquirir (Pereira, 2011). Todavia, há que compreender que o “máximo bem” dos sujeitos só poderá ser atingido por meio de um “[...] efeito não da perseguição, através do esforço

peçoal e do antagonismo, do próprio bem por parte de cada um, mas da contribuição que cada um juntamente com os demais dá solidariamente ao bem comum” (Bobbio, 2007, p. 24-25).

Historicamente, pelas raízes do pensamento filosófico, a ideia de bem comum está vinculada ao horizonte de participação popular nas tomadas de decisão concernentes aos temas de interesse público, diferentemente da dimensão estatal autoritária e monopolista em que se construiu o Estado moderno (Cristóvam, 2019). Por décadas, o bem comum também se tornou objeto de reflexão crítica, com base em estudos que apontaram para: tragédias decorrentes do uso indiscriminado de recursos comuns finitos, pela adoção da racionalidade individual (Hardin, 1968); a capacidade de estruturação de um sistema de governança do bem comum, policêntrico e auto-organizado, a partir de arranjos institucionais coletivos (Ostrom, 1990); possibilidades criativas de utilização dos poderes do trabalho coletivo para o bem comum (Harvey, 2011).

Pensando nas inúmeras mazelas provocadas pelo cenário de catástrofe global da pandemia da COVID-19, há que incitar um amplo debate crítico sobre o processo de formulação de políticas públicas de retomada do turismo no Brasil. Primar por instrumentos de intervenção que considerem não apenas a intensificação do progresso econômico, mas, principalmente, a complexidade do fenômeno turístico, a participação efetiva de grupos marginalizados e, sobretudo, a responsabilidade quanto aos limites ecossistêmicos, é parte vital de um processo de desenvolvimento pautado em um compromisso ético com a segurança pública, com o bem comum e com a sustentabilidade.

### **Propósitos em se Fomentar o Turismo: a base primária de reflexão**

Há três questões<sup>1</sup> precípuas que deveriam perpassar por qualquer processo de formulação de políticas públicas no campo do turismo: (a) fomentar o turismo como? (b) fomentar o turismo para quem? (c) fomentar o turismo para quê? (Tasso et al., 2020).

A primeira questão sugere, certamente, que se evoquem a eficiência, a inovação, a responsabilidade, o respeito, a prudência e a valorização consciente, como princípios fundamentais no desenvolvimento do turismo em um território. A segunda pergunta reforça a necessidade de atenção a todos aqueles envolvidos e/ou atingidos, direta ou indiretamente, pelo turismo, em especial grupos marginalizados, excluídos e vulneráveis. Por sua vez, a terceira questão é, seguramente, aquela que concentra a base central de reflexão na formulação de uma política pública em turismo. Ela estimula a incorporação do pressuposto ético ao abrir um espaço de debate sobre as reais finalidades em se fomentar o turismo num território, despertando o olhar crítico sobre a relevância do bem comum e da sustentabilidade, e advertindo propósitos reduzidos ao progresso econômico. Mas, então, quais seriam os reais propósitos?

De acordo com as entrevistas realizadas, foi possível reconhecer um claro alinhamento discursivo por parte de notória maioria dos respondentes. As narrativas apresentadas direcionaram para “**a busca pelo bem comum**” e/ou para “**o desenvolvimento humano e sustentável**”. Evidentemente, tais propósitos abarcavam, nos discursos, ramificações

de finalidades múltiplas, de ordem ambiental, cultural, social, político-institucional, econômica e espacial, as quais podem ser analisadas na Tabela 1, a seguir.

**Tabela 1**

*Ramificações dos Propósitos Apresentados pelos Entrevistados*

<b>Ramificação</b>	<b>Propósitos</b>
Ambiental	- Respeito à dinâmica dos ecossistemas e o equilíbrio em sua utilização, como forma de garantir práticas (extrativistas) de subsistência; - Proteção de ambientes naturais e sensíveis à presença humana; - Preservação das águas; - Conservação do patrimônio paisagístico e da biodiversidade; - Manutenção dos serviços ecossistêmicos para as gerações atuais e futuras; - Inovações que minimizem danos e que beneficiem a sustentabilidade ambiental; - Promoção da educação ambiental junto a ambientes naturais.
Político-Institucional	- Ampliação de espaços de diálogo (conselhos locais e redes de colaboração) que viabilizem a participação efetiva e democrática das populações locais nas tomadas de decisão sobre o Turismo; - Responsabilidade na elaboração de políticas verdadeiramente públicas, que prevejam práticas de lazer e de cultura para os moradores, que voltem a atenção à redução de desigualdades sociais e econômicas.

<b>Ramificação</b>	<b>Propósitos</b>
Cultural	<p>- Ações de valorização e de conservação do patrimônio biocultural das comunidades locais, do seu <i>modus vivendi</i> e de suas práticas telúricas; - Contenção de uma prática turística que artificialize, desvirtue e descaracterize a originalidade e a espontaneidade cultural, sua história, seus ritos e crenças, suas manifestações e a sua diversidade; - Fortalecimento da identidade, da autoconfiança/autoestima e do orgulho de um povo;</p> <p>- Propagação da valorização da cultura, da identidade e da memória, fortalecendo o conhecimento sobre a história, a geografia, as artes e manifestações, a religiosidade, os saberes tradicionais, a gastronomia e o patrimônio em sentido amplo; - Oferta de bem-estar e de práticas lúdicas de lazer aos visitantes, por meio de oportunidades de vivência e de compartilhamento da riqueza do patrimônio histórico-cultural (material e imaterial) e de contemplação do meio ambiente protegido; - Integração sociocultural entre residentes e visitantes, por meio de um processo pacificador e efetivo de acolhimento, voltado à construção e troca (comunicacionais e culturais) de experiências, do reconhecimento do outro, e da formação humana e melhoria da qualidade de vida de todos. Uma forma de promover o entendimento entre os povos, no encontro de culturas, estabelecendo relações socioafetivas para, e com, as comunidades locais e os turistas.</p>
Espacial	<p>- Democratização do uso dos territórios; - Ordenamento e planejamento espacial (visando a mitigação de conflitos); - Compreensão e responsabilidade de se tratar o destino não apenas como um espaço de lazer para visitantes, como também de trabalho e de moradia para a comunidade anfitriã que, da mesma forma, deve ser incluída no processo de otimização de espaços públicos; - Ações de mediação de interesses diversos e, por vezes, conflituosos, de turistas, empresários e residentes (envolvidos ou não com o setor turístico).</p>

<b>Ramificação</b>	<b>Propósitos</b>
Social	- Ampliação do bem-estar e melhoria da qualidade de vida (psicossociológica e material) das comunidades; - Otimização de talentos; - Fortalecimento da autoestima e do enraizamento quanto a práticas tradicionais; - Criação de práticas de lazer (usufruto do ócio) e de cultura para comunidades marginalizadas; - Fomento às ações de educação e de capacitação da população local; - Melhoria dos indicadores sociais (nível de escolaridade), que promovam o desenvolvimento e a autonomia da população, despertando vocações e conhecimento frente ao processo de desenvolvimento do setor.
Econômica	- Abertura de oportunidades de acesso ao emprego formal e a trabalhos dignos; - Ampliação e distribuição equitativa da renda advinda do Turismo; - Incentivo às atividades econômicas e produtivas locais (artesanais, familiares, de base comunitária); - Estabelecimento de relações comerciais justas e solidárias; - Fortalecimento de relações trabalhistas que prezam pela saúde dos trabalhadores e por melhores condições de trabalho; - Estruturação na oferta de serviços, profissionalizando conceitos de excelência em hospitalidade e bem-receber. - Incentivo ao desenvolvimento econômico do setor produtivo local (empresários), pautado na eficiência, na responsabilidade e na sustentabilidade.

Todas as ramificações de finalidades supracitadas, englobadas nos propósitos de busca pelo bem comum e pelo desenvolvimento humano e sustentável, tendem a ressignificar objetivos obsoletos e historicamente fixados nos Planos Nacionais de Turismo do Brasil, direcionados ao cumprimento de metas, de âmbito exclusivamente econômico, resumidas à ampliação dos fluxos de turistas (brasileiros e estrangeiros), ao aumento das receitas geradas, e crescimento no número de empregos (MTur, 2019). Segundo um dos entrevistados, este modelo vigente pode ser caracterizado pela:

[...] exploração profundamente econômica, tecnicista, em que o sujeito em si é pouco considerado. Se considera quanto tempo ele vai ficar no lugar, quanto ele vai gastar no local, o que ele vai consumir: então, são mercadorias. (Entrevistado)

É digno de nota que um número reduzido de respondentes (02) fortaleceu a narrativa de que a real finalidade em se desenvolver o turismo num território deva, sim, estar centralizada (ou mesmo restringida) ao progresso econômico e ao lucro, principalmente para o setor produtivo, com geração de emprego e renda e lazer de qualidade para todos.

Segundo eles, a sustentabilidade e o bem comum não deve integrar o escopo de uma política pública de turismo:

Quanto ao propósito de sustentabilidade e bem comum, funcionam como jargão. Como falar de sustentabilidade do Turismo se é uma atividade econômica capitalista e, nesse modo de produzir, tudo é vulnerável? Se a sociedade brasileira, no nível econômico, não é sustentável, por que o Turismo haveria de ser? Sustentabilidade é um conceito também questionável. Bem comum é uma ideia aplicável apenas no nível metafísico. (Entrevistado)

### **Estratégias Governamentais Adotadas: mitigação dos efeitos e retomada do turismo (e suas repercussões)**

Definir uma estratégia política pressupõe atenção, antes de tudo, às possíveis externalidades que possam ser acarretadas pela sua intervenção no meio público.

Externalidades podem ser entendidas como consequências sistêmicas, positivas ou negativas, resultantes de ações de entes primários, e sentidas (financeiramente) por terceiros que não consentiram plenamente (ou que foram incapazes de uma ação contrária) à decisão que levou ao evento em questão (Cornes & Sandler, 2003; Meade, 1979). Por se tratar de um fenômeno sistêmico, o turismo se apresenta como um objeto de intervenção de notória complexidade, o que demanda do poder público prudência absoluta frente a qualquer ação-decisão. Principalmente, no que diz respeito à definição sobre quais os reais propósitos em se fomentar o turismo num território, os quais nortearão as estratégias a serem adotadas.

A seguir, na Tabela 2, apresenta-se uma síntese sobre as principais estratégias empregadas pelo atual governo brasileiro, frente à proposta de desenvolvimento do turismo, de mitigação aos efeitos negativos da pandemia e de retomada imediata do setor.

**Tabela 2**

*Estratégias Governamentais Adotadas*

<b>Estratégias</b>	<b>Breve Descrição</b>
Decreto n° 9.731 (2019)	Estímulo ao aumento do fluxo turístico internacional por meio de isenção de vistos (antes obrigatórios) para cidadãos do Canadá, Japão, Austrália e Estados Unidos. Tal medida – estabelecida sem condicionante de reciprocidade – foi estendida para China, Qatar e Índia, gerando surpresa e preocupação com a segurança nacional por diplomatas (Folha de S. Paulo, 2019a; Portal G1, 2019b).

<b>Estratégias</b>	<b>Breve Descrição</b>
Campanhas Promocionais (2019 e 2020)	Lançamento oficial de três campanhas promocionais pela Agência Brasileira de Promoção do Turismo (Embratur): “Brazil: visit and Love us” e “The King of Rolê”, em 2019 e, já no período de pandemia, “Brazil You Want It! We Got It!”, em 2020 (Embratur, 2019b; 2019c).
Proposta de flexibilização no uso de área protegida (2019)	Proposta de revogação do decreto de demarcação e encerramento das restrições de prática de pesca, edificações, ancoragem de barcos e de visitação à Baía de Ilha Grande-RJ (Estação Ecológica de Tamoios) – patrimônio natural e cultural da humanidade pela Unesco – com vistas à ampliação do fluxo turístico na região Território abriga espécies ameaçadas de extinção (Folha de S. Paulo, 2019b).
Medida Provisória (MP) n° 936 (2020)	Criação do “Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda” (Brasil, 2020a), com a previsão de: pagamento de seguro-desemprego (benefício emergencial); acordos individuais entre empregadores e empregados, como a flexibilização de salários, visando evitar demissões; suspensão temporária (02 meses) de contratos de trabalho.
Campanha de Sensibilização (2020)	Lançamento de peça publicitária (campanha) “Não cancele, remarque”, como forma de sensibilização de turistas para adotarem a opção de remarcação (à de cancelamento) de pacotes e de viagens, considerando o período de pandemia (MTur, 2020a).
Medida Provisória (MP) n° 948 (2020)	Estabelecimento de um prazo de 12 meses para empresas e prestadores de serviços turísticos e de entretenimento efetivarem reembolsos – com correção monetária - de valores pagos pelos consumidores (Brasil, 2020b).

<b>Estratégias</b>	<b>Breve Descrição</b>
Medida Provisória (MP) n° 963 (2020)	Abertura extraordinária de linhas de crédito atrativas – juros anuais reduzidos de 7 para 5% e prazo de carência estendido de 06 para 12 meses –direcionadas a prestadores de serviços turísticos cadastrados no Cadastur. Total de R\$5 bilhões pelo Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) (Brasil, 2020c).
Selo de Certificação (2020)	Criação do Selo “ <i>Turismo Responsável: Limpo e Seguro</i> ”, como forma de certificar estabelecimentos do setor de Turismo que adotem boas práticas de biossegurança e que sigam protocolos e recomendações estabelecidas pelos Ministérios da Saúde e do Turismo, e pela Anvisa (MTur, 2020b).
Aliança Nacional (2020)	Ato normativo que, por meio de uma aliança nacional – intitulada “ <i>Retomada do Turismo</i> ” – entre representações do poder público, terceiro setor, Sistema “S” e iniciativa privada, estabeleceu quatro eixos de atuação: preservação de empresas e empregos no setor de turismo; melhoria da estrutura e qualificação de destinos; implantação de protocolos de biossegurança; e promoção e incentivo às viagens (MTur, 2021).
Campanha Promocional (2020)	Lançamento da Campanha “ <i>Viaje com responsabilidade. Redescubra o Brasil</i> ”, com vistas à recuperação econômica e mitigação dos prejuízos ao setor (MTur, 2021).

Estratégias	Breve Descrição
Rejeição ao Passaporte Vacinal (2021)	Rejeição, por parte do Poder Executivo Brasileiro, da proposta de obrigatoriedade de apresentação de passaporte vacinal para turistas que desejam entrar no país. Até o início de dezembro de 2021, o Brasil adotou a posição de exigência de apenas o cumprimento de quarentena de cinco dias, distinguindo-se de vários outros destinos, como Holanda, Bélgica, Espanha, Alemanha, França e EUA, que exigem comprovação do ciclo vacinal completo (VEJA, 2021). Contudo, levando em consideração o avanço da nova variante Ômicron e do risco iminente com a proximidade das festas de fim de ano e do Carnaval, o Superior Tribunal Federal (STF) determinou pela obrigatoriedade de apresentação de tal documento a partir de 15 de dezembro de 2021 (Viagem e Turismo, 2022).
Afrouxamento das regras de controle (2022)	Com o intuito de retomada das atividades de cruzeiros marítimos, foi declarado pelo Ministro do Turismo o interesse em adotar medidas mais brandas nas regras de controle da variante Ômicron: “É preciso adequar [as medidas] com a Ômicron, porque ela não está gerando pressão nos hospitais” (Carta Expressa, 2022).

Observa-se, a partir das estratégias supracitadas, que os esforços governamentais estiveram alicerçados em propósitos voltados, estritamente, à mitigação da asfixia econômica, por meio de iniciativas de estímulo ao retorno iminente das atividades do setor (principalmente por campanhas publicitárias, isenção de vistos, selo de certificação, não exigência de comprovação vacinal de turistas e afrouxamento de regras de controle), e de salvaguarda de empresas turísticas e de empregos (por medidas provisórias). O pressuposto ético, fundamental a ser incorporado às políticas públicas nacionais, pautado na finalidade de busca pelo bem comum ou por um desenvolvimento humano e sustentável, parece ter dado lugar ao propósito imediatista de retomada do progresso econômico a qualquer custo. As políticas públicas de turismo brasileiras vêm secundarizando

medidas voltadas à sustentabilidade – como a prudência com os recursos ecossistêmicos, a segurança sanitária de grupos vulneráveis, a participação ativa da população nos processos decisórios etc. – em razão da pressão de grupos do setor produtivo e da bandeira de salvação representada pelo incremento do dinamismo econômico.

Em seguida, nas Tabelas 3 e 4, algumas repercussões locais identificadas nacionalmente, contrárias e favoráveis à retomada imediata do turismo, respectivamente.

### **Tabela 3**

#### *Repercussões Contrárias à Retomada Imediata do Turismo*

<b>Representantes das Repercussões</b>	<b>Breve Descrição</b>
Fórum dos Secretários e Dirigentes Estaduais do Turismo (Fornatur)	Manifestação do Fornatur, por carta aberta à Presidência da República, em que expressa discordância ao pronunciamento emitido pelo Presidente, quando o mesmo pregou a volta à normalidade no país (apesar do momento nefasto da pandemia do Coronavírus). No texto da carta: <i>“Apesar dos incontáveis prejuízos, as pessoas que fazem o turismo entendem que, neste momento, o mais importante é preservar a saúde de todos”</i> (Governo do Estado da Bahia, 2020).
Moradores do Município de Santana do Riacho - MG	Protesto realizado por moradores, solicitando a revogação do Decreto Municipal que autorizava a reabertura de estabelecimentos não essenciais (bares, pousadas e restaurantes) da região da Serra do Cipó (O Tempo, 2020).
Prefeitura Municipal de Poços de Caldas - MG	Proibição de acesso ao município por turistas, a partir da instalação de barreiras sanitárias nas entradas da localidade. (Portal G1, 2021b).

<b>Representantes das Repercussões</b>	<b>Breve Descrição</b>
Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (Coeqto) – TO e Conselho Municipal de Turismo	Manifestação da Coeqto e das associações das comunidades quilombolas do Jalapão contra a reabertura do Turismo no Jalapão, por meio de nota de repúdio, pedindo intervenção do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública. O Conselho Municipal de Turismo se posicionou afirmando ainda não ser o momento de reabertura do Turismo na região, com base no aumento dos casos de infecção no Tocantins (Gazeta do Cerrado, 2020).
Comunidade Quilombola Kalunga de Cavalcante – GO	Proibição de acesso de visitantes ao território, por meio de porteiros fechadas e faixas informativas sobre a suspensão das atividades. <i>“Nós precisamos dos visitantes e pesquisadores para manter nossa história. Esperamos que esta pandemia cesse. Até lá, pedimos que respeitem a nossa quarentena. Não temos nada contra visitação, mas, no momento, estamos em isolamento”</i> (Moradora) (Correio Braziliense, 2020).

<b>Representantes das Repercussões</b>	<b>Breve Descrição</b>
Comunidade Local de Cavalcante e de Alto Paraíso de Goiás - GO	<p>Reclamações e denúncias, por moradores e empresários, a partir de postagens nas redes sociais, sobre o descaso dos visitantes com o momento de pandemia, e posicionando-se contrários ao retorno do Turismo na região. <i>“Na minha opinião, não é o momento para a reabertura dos atrativos, e muito menos dos meios de hospedagem. Aqui, em Cavalcante, não temos estrutura hospitalar para atender à população em casos graves da COVID-19. Sem contar que temos o maior quilombo do Brasil, que é vulnerável e sem estrutura, composto em maioria por idosos e crianças”</i> (Moradora). (Correio Braziliense, 2020);</p>
Prefeitura Municipal de São Sebastião - SP	<p><i>“Ninguém usa máscara. Isso é um absurdo. É muita falta de empatia com o próximo. Em meio à pandemia, moradores do bairro Novo Horizonte estão ficando sem água o dia praticamente todo. É um absurdo”</i> (Empresária) (Metrópoles, 2020). Obrigatoriedade de realização de testes de COVID-19 a todos os passageiros de veículos com placas de outros municípios, por meio da criação de uma barreira sanitária na divisa com o município de Bertiooga-SP(Yahoo! Notícias, 2021).</p>
Comunidade Local de Ubatuba - SP	<p>Barricada de pneus queimados na Rodovia Oswaldo Cruz, criada por mais de 250 moradores locais, com o objetivo de impedir o acesso ao município por visitantes (Blog Ricardo Antunes, 2021).</p>
Comunidade Local de São Sebastião - SP	<p>Manifestações representativas: (a) pessoa fantasiada de Morte, na Rodovia Rio-Santos, desejando “boas-vindas” aos visitantes; (b) surfista fantasiado de Morte, na praia de Maresias (Leijaja Nacional, 2020; Yahoo! Notícias, 2021).</p>

<b>Representantes das Repercussões</b>	<b>Breve Descrição</b>
Governo do Estado do Rio de Janeiro - RJ	Decreto publicado apresentando medidas restritivas para todo o Estado, com a intenção de evitar que turistas da capital viajassem para o interior durante o feriado prolongado (Portal Giro, 2021).
Municípios do litoral do Paraná – PR	Instalação de barreiras sanitárias impedindo o acesso de turistas aos municípios e restringindo a chegada de moradores de Curitiba, com o objetivo de conter o avanço no número de casos de infecção na região (Portal G1, 2021a).
Prefeitura Municipal de Magé – RJ	Barreiras sanitárias instaladas pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil, impedindo que mais de 30 ônibus e vans de turismo tivessem acesso às cachoeiras locais (O Dia, 2021).

A resistência e o temor comunitário quanto ao retorno do turismo com o fim da pandemia pela COVID-19 foram evidentes pelas manifestações populares: barricada de pneus queimados; notas de repúdio quanto à retomada do turismo; denúncia de descumprimento dos protocolos de biossegurança e de desrespeito ao período de isolamento das comunidades tradicionais; simbologia da “morte” por indivíduos fantasiados. Medidas cautelares para conter o avanço da pandemia em regiões turísticas e, por consequência, minimizar o sentimento de insegurança dos residentes, precisaram ser adotadas por Prefeituras e demais Órgãos Municipais: barreiras sanitárias e outras deliberações restritivas.

#### **Tabela 4**

##### *Repercussões Favoráveis à Retomada Imediata do Turismo*

<b>Representantes das Repercussões</b>	<b>Breve Descrição</b>
Representantes do Setor de Turismo de Arraial do Cabo - RJ	Protesto realizado em frente à Prefeitura Municipal, por profissionais locais da área de Turismo, em favor da reabertura das atividades do setor (Folha dos Lagos, 2020).

<b>Representantes das Repercussões</b>	<b>Breve Descrição</b>
Empresários e Trabalhadores do Setor de Turismo de Jijoca de Jericoacoara - CE	Manifestação realizada por grupos de empresários e de trabalhadores do Turismo contra o decreto municipal que suspendia a realização de passeios turísticos (buggies e guias), não permitia a circulação em áreas públicas (praias e lagoas) e interrompia o comércio local (Diário do Nordeste, 2021).
Trabalhadores do Setor de Turismo de Pirenópolis - GO	Protesto organizado por trabalhadores e empresários de Pirenópolis, com o intuito de pressionar a Prefeitura Municipal para reabertura do Turismo na localidade (Agita Pirenópolis, 2020).
Moradores e Representantes do Setor de Turismo de Angra dos Reis - RJ	Manifestação de moradores, empresários e funcionários do setor, com cartazes e fogos de artifício, contra decretos municipais que estabeleciam que o turismo náutico e o transporte empresarial de passageiros poderiam atuar somente com 30% de sua capacidade, e os horários de funcionamento de estabelecimentos turísticos (Foco Regional, 2021; O São Gonçalo, 2020).
Representantes do Setor de Turismo de Recife - PE	Protesto capitaneado por representantes dos setores de alimentação, transporte, parques temáticos e ambulantes, que reivindicavam a reabertura de praias e a suspensão do pagamento de taxas durante o período pandêmico (JC, 2021).
Trabalhadores de Armação de Búzios - RJ	Manifestação popular contra a decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que determinou a adoção do <i>lockdown</i> e obrigação de retirada de turistas da cidade. Participaram cerca de 500 trabalhadores de diferentes setores da economia (Diário do Rio, 2020).

<b>Representantes das Repercussões</b>	<b>Breve Descrição</b>
Trabalhadores do Setor de Eventos e de Turismo de Gramado, Canela e Nova Petrópolis - RS	Realização de protestos contra o Governo Estadual, com faixas de “ <i>O Turismo não é o vilão</i> ” e clamor por intervenção militar. As principais queixas do setor produtivo local foram direcionadas à manutenção da não reabertura das atividades tidas como não essenciais (como o Turismo) entre 20h e 05h (Portal Martinbehrend, 2021).
Trabalhadores de Agências de Turismo de Divinópolis – MG	Manifestações de trabalhadores locais (cerca de 30 pessoas) reivindicando a reabertura do setor (Portal G1, 2020a).
Representantes do Setor de Turismo de Bento Gonçalves – RS, e de cidades gaúchas	Instalação de painéis, faixas e cartazes, na entrada da cidade, com o slogan “ <i>O Turismo não é o vilão</i> ”, como forma de protesto às restrições impostas pelo decreto de Distanciamento Controlado do Governo do RS, e de pressão do Governo Estadual para a retomada do setor e a adoção de medidas mais brandas (Seminário, 2021).
Representantes do Setor de Turismo de Luís Correa - PI	Mobilização e manifestação como forma de protesto a favor da retomada responsável das atividades turísticas no município. Participaram proprietários de bares, restaurantes, meios de hospedagem, dentre outros profissionais do setor (Programas MN, 2020).
Representantes do Setor de Turismo e Fretamento de Ônibus de municípios catarinenses - SC	Manifestações, por meio de sinalizações com frases nos veículos, buscando pressionar o Governo do Estado para a retomada imediata do Turismo na região (Alexandrejose.com, 2020).
Rio Convention & Visitors Bureau (C&VB) - RJ	Lançamento de campanha promocional, voltada ao estímulo de retomada do fluxo de visitantes, retratando os principais atrativos da capital fluminense, por meio de mais de 1,7 mil imagens, mapa/guia turístico e <i>showcase</i> , e dois vídeos (Panrotas, 2021).

<b>Representantes das Repercussões</b>	<b>Breve Descrição</b>
Turistas em São Sebastião - SP	Destruição de barreiras de contenção ao acesso às praias por veranistas e turistas, caracterizado como crime de dano ao Patrimônio Público (CNN Brasil, 2021b).

Por outro lado, o clamor de trabalhadores do turismo – e, em alguns casos, da comunidade local como um todo – pelo retorno à dita normalidade do setor se enalteceu, frente à notória ampliação nas taxas de desemprego e encerramento de atividades de empresas (dentre hotéis, restaurantes, agências de turismo, bares, etc.) atropeladas pela pandemia. Manifestações diversas puderam ser identificadas em destinos turísticos, representadas por protestos – passeatas e carreatas, cartazes/faixas e painéis – a favor da retomada imediata das atividades ou, pelo menos, da adoção de medidas mais moderadas pelos gestores públicos locais e estaduais. Somaram-se aos protestos, o lançamento de campanhas promocionais de destinos e condutas transgressoras de veranistas e turistas descontentes com as restrições de visitação e de lazer impostas.

### **Considerações Finais**

Apontar para a necessidade de se repensar o modelo de desenvolvimento turístico vigente – tradicionalmente insustentável e irresponsável – parece se configurar como uma afronta aos anseios e aos clamores sociais por ações imediatistas de mitigação do desemprego, da pobreza e da falência das empresas. Será mesmo?

A base de sustentação econômica, que caracteriza as propostas políticas de retomada emergente dos fluxos e de todas as atividades ligadas ao setor de turismo no Brasil, mantém-se sobressaindo a qualquer outro propósito. Por mais que a grande maioria dos pesquisadores entrevistados tenha apontado a busca pelo “bem comum” e pelo “desenvolvimento humano e sustentável” como finalidades éticas primordiais de estímulo ao desenvolvimento do turismo num território, as estratégias de intervenção adotadas pelo governo brasileiro permanecem alicerçadas no pragmatismo retórico e histórico fundamentado no progresso econômico.

Dessa forma, abrem-se lacunas éticas críticas nas propostas governamentais, por não considerarem aspectos como: melhoria nas condições de trabalho e emprego e garantia de fiscalização e cumprimento dos direitos trabalhistas; distribuição equilibrada e coerente das receitas geradas, entre grandes investidores (externos) e a comunidade residente (com foco em grupos marginalizados e vulneráveis); prudência e proteção do patrimônio natural, pela criação de indicadores para monitoramento socioambiental, com foco no usufruto responsável por moradores (incentivo ao lazer) e turistas; combate à precariedade na infraestrutura básica de destinos (saneamento, transporte e saúde); incentivo à qualificação profissional local, ao turismo de base comunitária e ao empreendedorismo solidário e autogestionado (cooperativismo); realização de estudos de impactos resultantes da ampliação desordenada dos fluxos turísticos; desenvolvimento de novas tecnologias da informação e de promoção da sustentabilidade; estímulo à descentralização dos fluxos

(impedindo a saturação e suas intempéries), fortalecendo novos atrativos e expandindo o desenvolvimento para outros territórios; valorização do patrimônio cultural (material e imaterial) por meio de estratégias de conservação da pluriculturalidade e do bem viver; melhoria dos indicadores sociais e implantação de projetos emancipatórios e humanitários de participação democrática das comunidades nas tomadas de decisão (governança) e de educação (empreendedora, formal e ambiental); adoção de medidas de sensibilização e de co-responsabilização de turistas em suas práticas de visitação.

Diagnosticar lacunas como estas, em pleno momento de pandemia, tem sido, justamente, a estratégia de alguns países com fluxos turísticos consolidados, como é o caso da Nova Zelândia. Por meio de restrições nas visitas, o destino vem adotando práticas de ressignificação do padrão de desenvolvimento do turismo, até então empregado, por reconhecer a pressão indevida do setor sobre os atrativos naturais e sobre as comunidades residentes: “*Não podemos voltar ao que existia antes do COVID-19*” – ressaltou Stuart Nash, Ministro do Turismo (UOL, 2021).

Da mesma forma, a “*Declaração do Porto sobre o Turismo e o Futuro das Cidades*” – documento assinado por 17 cidades europeias e empresas (como *Airbnb* e *Expedia*) durante o evento *Mayors Forum for Sustainable Urban Tourism*, promovido pela Organização Mundial do Turismo (OMT), demonstra o exercício de nações em assegurar que as políticas de turismo estejam alinhadas à Agenda 2030, buscando tornar as cidades mais verdes, inclusivas, seguras, digitais, inteligentes, resilientes e sustentáveis (PORTO, 2021).

## Referências

- Agita Pirenópolis. (2020). Trabalhadores do Turismo marcam manifestação em Pirenópolis. Recuperado em 10 janeiro 2022 de <https://www.agitapirenopolis.com.br/manifestacao-em-pirenopolis-28479>
- Alexandrejose.com. (2020). *Setor de turismo fará manifestação nesta segunda-feira pedindo a retomada das atividades*. Recuperado em 10 janeiro 2022 de <https://alexandrejose.com/2020/06/setor-de-turismo-faramanifestacao-nesta-segunda-feira-pedindo-a-retomada-das-atividades>
- Aristóteles. (1991). *Ética a Nicômaco*. Livro I. São Paulo: Nova Cultural.
- Bauman, Z. (1998). *Modernidade e holocausto*. Introdução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (2011). *A vida em fragmentos; sobre a ética pós-moderna*. Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2013). *Ética pós-moderna*. Trad. João Rezende Costa. 6ª reimp. São Paulo: Paulus.
- Beni, M.C. (2003). Como certificar o turismo sustentável? *Revista Turismo em Análise*, 14 (02), 5-16. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v14i2p5-16>

Beni, M.C. (2020). Saturação e Rejeição ao Turismo nas Destinações Turísticas. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 14 (2), 1-8. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i2.1847>

Blog Ricardo Antunes. (2021). *Moradores de Ubatuba (SP) queimam pneus para impedir a entrada de turistas*. <https://ricardoantunes.com.br/moradores-deubatuba-sp-queimam-pneus-para-impedir-aentrada-de-turistas/>

Bobbio, N. (2007). *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Boff, L. (2003). *Ética y moral: La búsqueda de los fundamentos*. Bilbao: Editorial Sal Terrae.

Brasil. Presidência da República.(2020a). *MP 936*. Recuperado em 01 janeiro 2022 de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv936.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv936.htm)

Brasil. Presidência da República. (2020b). *MP 948*. Recuperado em 01 janeiro 2022 de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv948.htm)

Brasil. Presidência da República. (2020c). *MP 963*. Recuperado em 01 janeiro 2022 de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv963.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv963.htm)

Bursztyn, M., & Bursztyn, M.A. (2012). *Fundamentos de política e gestão ambiental: Os caminhos do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.

Carta Expressa. (2022). *Ministro do Turismo quer afrouxar regras para retomar cruzeiros após surtos de Covid*. Recuperado em 01 fevereiro 2022 de <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/ministro-do-turismo-quer-afrouxar-regras-para-retomar-cruzeiros-apos-surtos/>

Cheung, K.S., & Li, L.H. (2019). Understanding visitor–resident relations in overtourism: developing resilience for sustainable tourism. *JournalofSustainableTourism*, 01(20).

CNN Brasil. (2021a). *Ômicron se espalha mais rápido do que qualquer outra variante da Covid, diz OMS*. Recuperado em 01 fevereiro 2022 de <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/omicron-se-espalha-mais-rapido-do-que-qualquer-outra-variante-da-covid-diz-oms/>

CNN Brasil. (2021b). *Turistas derrubam barreiras e desrespeitam medidas nas praias de São Sebastião*. Recuperado em 01 fevereiro 2022 de <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/03/28/turistas-derrubam-barreirasfisicas-e-desrespeitam-medidas-em-sao-sebastiao>

Correio Braziliense. (2020). *Turismo em Pirenópolis e na Chapada: aglomeração e invasão de comunidade quilombola*. Recuperado em 01 fevereiro 2022 de <https://www.correio braziliense.com.br/cidades-df/2020/09/4873855-turismo-que-preocupa.html>

Cornes, R., & Sandler, T. (2003). *The theory of externalities, public goods, and club goods*. Cambridge: Cambridge University Press.

Cortina, A., Orts, A., & Navarro, E.M. (1996). *Ética*. Madrid: Ediciones Akal.

Cristóvam, J.S.S. (2019). Sobre a noção de bem comum no pensamento político ocidental: entre becos e encruzilhadas da dimensão ancestral do moderno conceito de interesse público. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, 6(1), 107-134.

Diário do Nordeste. (2021). *Jericoacoara segue em lockdown após manifestação de empresários contra decreto estadual*. Recuperado em 01 fevereiro 2022 de <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/jericoacoara-segue-em-lockdown-apos-manifestacao-de-empresarios-contradecreto-estadual-1.3062398>

Diário do Rio. (2020). *Trabalhadores de Búzios fazem manifestação contra decisão que impede entrada de turistas na cidade*. Recuperado em 01 fevereiro 2022 de <https://diariodorio.com/trabalhadores-de-buzios-fazem-manifestacao-contradecisao-que-impede-entrada-de-turistas-na-cidade/>

Dye, T.R., & Dye, T.R. (1992). *Understanding public policy*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

El País. (2021). *ONU alerta que a crise climática se acelera após redução nos confinamentos da pandemia*. Recuperado em 01 fevereiro 2022 de <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-09-16/onu-alerta-que-a-crise-climatica-se-acelera-apos-reducao-nos-confinamentos-da-pandemia.html>

Estadão. (2019). *Fernando de Noronha já tem turistas além da sua capacidade*. Recuperado em 11 fevereiro 2022 de <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,fernando-de-noronha-ja-tem-turistas-alem-da-sua-capacidade,70002923447>

Foco Regional. (2021). *Covid-19: Angra tem manifestação contra decreto*. Recuperado em 11 fevereiro 2022 de <https://focoregional.com.br/Noticia/covid-19-angra-tem-manifestacao-contradecret>

Folha de S. Paulo. (2019a). *Isenção de visto para chineses e indianos surpreende diplomatas, que temem por segurança*. Recuperado em 11 fevereiro 2022 de <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/10/isencao-de-visto-para-chineses-e-indianos-surpreende-diplomatas-que-temem-por-seguranca.shtml>

Folha de S. Paulo. (2019b). *Angra dos Reis rejeita ideia de criar uma 'Cancún brasileira'*. Recuperado em 11 fevereiro 2022 de <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/angra-dos-reis-rejeita-ideia-de-criar-uma-cancun-brasileira.shtml>

Folha dos Lagos. (2020). *Profissionais do turismo de Arraial do Cabo fazem manifestação em frente à Prefeitura pela reabertura das atividades*. Recuperado em 11 fevereiro 2022 de <https://www.folhadoslagos.com/geral/profissionais-do-turismo-de-arraial-do-cabo-fazem-manifestacao-em/14325/>

Gastal, S., & Moesch, M.M. (2007). *Turismo, políticas públicas e cidadania*. Aleph.

Gazeta do Cerrado. (2020). *Quilombolas divulgam nota de repúdio contra reabertura do turismo n Jalapão e pedem intervenção do MPF*. Recuperado em 12 fevereiro 2022

de <https://gazetadocerrado.com.br/quilombolas-divulgam-nota-de-repudio-contra-reabertura-do-turismo-no-jalapao-e-pedem-intervencao-do-mpf-noticias-do-tocantins/>

Gerhardt, T.E., & Silveira, D.T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Universidade Aberta do Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Gil, A.C. (2019). *Como elaborar Projetos de Pesquisa*. 6 ed. São Paulo: Atlas.

Goldenberg, M. (2004). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record.

Governo do Estado da Bahia. (2020). *Secretários de turismo de todo o País manifestam-se contra pronunciamento em carta à Presidência da República*. Recuperado em 11 fevereiro 2022 de <http://www.setur.ba.gov.br/2020/03/1660/Secretarios-de-turismo-de-todo-o-Pais-manifestam-se-contra-pronunciamento-em-carta-a-Presidencia-da-Republica.html>

Hall, C.M., & Jenkins, J.M. (1995). *Tourism and Public Policy*. Northwestern University: Routledge.

Hall, C.M., & Jenkins, J.M. (2004). Tourism, politics and public policy. In: Lew, A.A., Hall, C.M., Williams, A.M. (eds). *A companion to tourism*, Blackwell, Oxford, UK, 525-540.

Hardin, G. (1968). *The Tragedy of the Commons*. Science, 162, 1243 – 8.

Harvey, D. (2011). *The Future of the Commons*. Radical History Review, 109, 101-107.

Hogwood, B., & Gunn, L. (1984). *Policy Analysis for the Real World*. Oxford: Oxford University Press.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2021). *Desemprego fica estável em 14,2% no trimestre encerrado em janeiro*. Recuperado em 11 fevereiro 2022 de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencianoticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30390-desemprego-fica-estavel-em-14-2-no-trimestreencerrado-em-janeiro>

Instituto Brasileiro de Turismo [EMBRATUR]. (2019a). *Chegadas de voos internacionais ao Brasil crescem 7% em janeiro*. Recuperado em 01 fevereiro 2022 de [http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/Chegadas\\_de\\_voos\\_internacionais\\_ao\\_Brasil\\_crescem\\_7\\_em\\_janeiro.html](http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/Chegadas_de_voos_internacionais_ao_Brasil_crescem_7_em_janeiro.html)

Instituto Brasileiro de Turismo [EMBRATUR]. (2019b). *Chegadas de voos internacionais ao Brasil crescem 7% em janeiro*. Recuperado em 11 fevereiro 2022 de [http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/Chegadas\\_de\\_voos\\_internacionais\\_ao\\_Brasil\\_crescem\\_7\\_em\\_janeiro.html](http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/Chegadas_de_voos_internacionais_ao_Brasil_crescem_7_em_janeiro.html)

Instituto Brasileiro de Turismo [EMBRATUR]. (2019c). *Rei do Rolê é oficialmente lançado*. Recuperado em 11 fevereiro 2022 de [http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/salaImprensa/noticias/arqui-vos/Rei\\_do\\_Role\\_e\\_oficialmente\\_lancado.html](http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/salaImprensa/noticias/arqui-vos/Rei_do_Role_e_oficialmente_lancado.html)

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. (2021). *Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor de Turismo (SIMT)*. Recuperado em 11 fevereiro 2022 de <http://extrator.ipea.gov.br/>

Jamal, T., & Higham, J. (2021). Justice and ethics: toward a new platform for tourism and sustainability. *Journal of Sustainable Tourism*. 29, 2-3, 143-157. <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1835933>

JC. (2021). *Representantes do turismo de Pernambuco fazem ato cobrando suspensão de taxas e auxílio durante a pandemia*. Recuperado em 11 fevereiro 2022 de <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2021/03/12041118-representantes-do-turismo-de-pernambuco-fazem-ato-cobrando-suspensao-de-taxas-e-auxilio-durante-a-pandemia.html>

Leijaja Nacional. (2020). *'Morte' surfa em Maresias alertando sobre aglomerações*. Recuperado em 11 fevereiro 2022 de <https://www.leijaja.com/noticias/2020/09/17/morte-surfa-em-maresias-alertando-sobreaglomeracoes/>

Meade, J.E. (1979). *The theory of economic externalities: the control of environmental pollution and similar social costs*. Genève: Institut Universitaire de Hautes Etudes Internationales.

Metrópolis. (2020). *Turistas ignoram Covid-19, lotam Chapada dos Veadeiros e moradores reclamam*. Recuperado em 11 fevereiro 2022 de <https://www.metropoles.com/distrito-federal/entorno/turistas-ignoram-covid-19-lotam-chapada-dos-veadeiros-e-moradores-reclamam>

Minayo, M.C.S. (2001). *Pesquisa social: Teoria método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Ministério do Turismo [MTur]. (2019). *Plano Nacional de Turismo - 2018-2022*. Recuperado em 01 janeiro 2022 de <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-nacional-do-turismo>

Ministério do Turismo [MTur]. (2020a). *Não cancele, remarque*. Recuperado em 01 janeiro 2022 de <http://www.tu-rismo.gov.br/nao-cancele-remarque>

Ministério do Turismo [MTur]. (2020b). *Selo turismo responsável: Limpo e seguro*. Recuperado em 01 janeiro 2022 de <http://www.turismo.gov.br/seloresponsavel/>

Ministério do Turismo [MTur]. (2021). *Retomada do Turismo: conheça as medidas pra a retomada do turismo*. Recuperado em 01 janeiro 2022 de <https://retomada.turismo.gov.br/#sobre>

Moesch, M.M. (2004). *Epistemologia social do turismo*. [Tese de doutoramento, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo]. Repositório Aberto da Universidade de São Paulo.

Molina, E.S. (1998). *Turismo y Ecologia*. Trilhas.

Novaes, A. (2002). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura.

Organização Mundial do Turismo [OMT]. (2021). *UNWTO World Tourism Barometer*. Recuperado em 11 fevereiro 2022 de <https://www.e-unwto.org/toc/wtobarometereng/>

19/2

Organização das Nações Unidas [ONU]. (2020). *Pandemia transforma 2020 no pior ano para o setor de turismo internacional*. Recuperado em 20 fevereiro 2022 de <https://news.un.org/pt/story/2020/12/1736672>

Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press.

O Dia. (2021). *Barreiras sanitárias impedem entrada de veículos de turismo em Magé*. Recuperado em 20 fevereiro 2022 de <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/03/6115551-barreiras-sanitarias-impedem-entrada-deveiculos-de-turismo-em-mage.html>

O Tempo. (2020). *Moradores protestam contra volta do turismo na Serra do Cipó durante feriado*. Recuperado em 20 fevereiro 2021 de <https://www.otempo.com.br/cidades/moradores-protestam-contra-volta-do-turismo-na-serra-do-cipo-durante-feriado-1.2348073>

O São Gonçalo. (2020). *Moradores de Angra dos Reis fazem manifestação contra o decreto de restrições ao turismo*. Recuperado em 20 fevereiro 2021 de <https://www.osaogoncalo.com.br/geral/91880/moradores-de-angra-dos-reis-fazem-manifestacao-contra-o-decreto-de-restricoes-ao-turismo>

Panrotas. (2021). *Rio CVB lança material de divulgação da cidade para retomada*. Recuperado em 20 fevereiro 2022 de [https://www.panrotas.com.br/mercado/destinos/2021/05/rio-cvb-lanca-material-de-divulgacao-dacidade-para-retomada\\_181856.html](https://www.panrotas.com.br/mercado/destinos/2021/05/rio-cvb-lanca-material-de-divulgacao-dacidade-para-retomada_181856.html)

Pereira, A. (2011). *Da ontologia da “polis” em Platão*. Recuperado em 20 fevereiro 2022 de <http://pt.scribd.com/doc/56971910/Pereira-Americo-Ontologia-Da-Polis-Em-Platao>

Platão. (2012). *A República*. Tradução de Edson Bini. 2. ed. São Paulo: EDIPRO, 203-325.

Portal Giro. (2021). *Medidas que impedem ida de moradores da capital para o interior do Rio durante feriadão serão decretadas, diz Cláudio Castro*. Recuperado em 20 fevereiro 2022 de <http://portalgiro.com/medidasque-impedem-ida-de-moradores-da-capital-para-o-interior-do-rio-durante-feriadao-serao-decretadasdiz-claudio-castro/>

Portal G1. (2019a). *Recorde de visitantes em Fernando de Noronha aumenta risco de impacto do turismo no meio ambiente*. Recuperado em 20 fevereiro 2022 de <https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/01/29/recorde-de-visitantes-em-fernando-de-noronha-aumenta-risco-de-impacto-do-turismo-no-meio-ambiente.ghtml>

Portal G1. (2019b). *Bolsonaro diz que vai isentar chineses e indianos de visto para turismo ou negócios no Brasil*. Recuperado em 20 fevereiro 2022 de [https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/24/bolsonaro-diz-que-vai-isentar-chineses-de-visto-para-turismo-ou-negocios-no-brasil.ghtml?utm\\_source=push&utm\\_medium=app&utm\\_campaign=pushg1](https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/24/bolsonaro-diz-que-vai-isentar-chineses-de-visto-para-turismo-ou-negocios-no-brasil.ghtml?utm_source=push&utm_medium=app&utm_campaign=pushg1)

Portal G1. (2020a). *Representantes de agências de turismo fazem manifestação pedindo retomada do setorem Divinópolis*. Recuperado em 20 fevereiro 2022 de <https://g1.globo.com/mg/centrooeste/noticia/2020/08/13/representantes-de-agencias-de-turismo-fazem-manifestacao-pedindo-retomada-do-setor-em-divinopolis.ghtml>

Portal G1. (2021a). *Municípios do litoral do paraná vão manter barreiras sanitárias até a Páscoa*. Recuperado em 20 fevereiro 2022 de <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2021/03/26/municipios-do-litoral-do-parana-va-manterbarreiras-sanitarias-ate-a-pascoa.ghtml>

Portal G1. (2021b). *Barreiras que impedem a entrada de turistas começam a funcionar em Poços de Caldas, MG*. Recuperado em 20 fevereiro 2022 de <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2021/03/24/barreiras-que-impedema-entrada-de-turistas-comecam-a-funcionar-em-pocos-de-caldas-mg.ghtml>

Portal Martinbehrend. (2021). *Protestos em Gramado e Canela pedem mais flexibilizações para o setorturístico*. Recuperado em 20 fevereiro 2022 de <https://www.martinbehrend.com.br/noticias/noticia/id/9415/titulo/protestos-em-gramado-e-canela-pedem-mais-flexibilizacoes-para-o-setor-turistico>

Porto. (2021). *Autarcas mundiais assinam Declaração do Porto sobre o Turismo e o Futuro das Cidades*. Recuperado em 20 fevereiro 2022 de <https://www.porto.pt/pt/noticia/autarcas-mundiais-assinam-declaracao-do-porto-sobre-o-turismo-e-o-futuro-das-cidades>

Programas Meio Norte [Programas MN]. *Manifestação pede retomada do turismo de Luís Correia*. Recuperado em 20 fevereiro 2022 de <https://www.youtube.com/watch?v=BivdNPNg-gk>

Sachs, I. (2008). *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garmond.

Schio, S.M. (2009). Aristóteles e ação humana. *Conjectura*, 14(01).

Seminário. (2021). *Manifestação do setor de turismo pede o retorno das atividades em Bento Gonçalves*. Recuperado em 20 fevereiro 2022 de <https://jornalsemanario.com.br/manifestacao-do-setor-de-turismo-pede-o-retornodas-atividades-em-bento-goncalves/>

Seraphin, H., Sheeran, P., & Pilato, M. (2018). Over-tourism and the fall of Venice as a destination. *Journal of Destination Marketing & Management*, 9, 374-376.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [SEBRAE]. (2021). *O Impacto da pandemia de Coronavírus nos Pequenos Negócios*. 10ª Edição do Sebrae. FGV Projetos.

Spinoza, B. (2009). *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Tasso, J.P.F., Moesch, M.M., & Nóbrega, W.R.M. (2020). Reincorporação da Ética às Políticas Públicas de Turismo: uma necessária reflexão no combate às consequências do Covid-19. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 15(1), p. 2141, jan./abr. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v15i1.2141>.

Teixeira, E.C. (2002). *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Recuperado em 20 fevereiro 2022 de <http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf>

Terra. (2021). *Economia brasileira fechou 2020 com retração de 4,05%*. Recuperado em 20 fevereiro 2022 de <https://www.terra.com.br/economia/economia-brasileira-fechou-2020-com-retracao-de-405,1bfc77939396bb59272792f44e64f131f9zfue42.html#:~:text=BRAS%C3%8DLIA%20%2D%20Em%20um%20ano%20mercado,permite%20compara%C3%A7%C3%B5es%20entre%20os%20anos>

Universo Online (UOL). (2021). *Nossa Viagem: “Não podemos voltar ao turismo de antes”, diz ministro da Nova Zelândia*. Recuperado em 20 fevereiro 2022 de <https://www.uol.com.br/nossa/noticias/redacao/2021/03/22/nao-podemos-voltar-ao-turismo-de-antes-diz-ministro-da-nova-zelandia.htm?cmpid=copiaecola>

Veja. (2021). *O passaporte vacinal deve ser obrigatório?* Recuperado em 20 fevereiro 2022 de <https://veja.abril.com.br/coluna/coluna-claudio-lottenberg/o-passaporte-vacinal-deve-ser-obrigatorio/>

Viagem e Turismo. (2022). *Comprovante de vacinação é obrigatório para entrar no Brasil*. Recuperado em 20 fevereiro 2022 de <https://viagemeturismo.abril.com.br/manual-do-viajante/comprovante-de-vacinacao-sera-obrigatorio-para-entrar-no-brasil/>

World Travel & Tourism Council [WTTC]. (2019). *Economic Impact*. Recuperado em 20 fevereiro 2022 de <http://www.wttc.org/economic-impact/>

Yahoo! Notícias. (2021). *Turistas no litoral de SP são “receptionados” com fantasia de morte e pneus queimados*. Recuperado em 20 fevereiro 2022 de <https://br.noticias.yahoo.com/turistas-litoral-spsao-receptionados-fantasia-morte-pneus-queimados-181515613>.

---

## Autor

**João Paulo Faria Tasso:** Bacharel em Turismo. Doutor em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB). Líder do Laboratório de Estudos de Turismo e Sustentabilidade (LETS). E-mail: [jpfariatasso@gmail.com](mailto:jpfariatasso@gmail.com)

## Nota

<sup>1</sup> Questões tratadas por Abramovay em sua palestra “Muito além da Economia Verde”, na TV Cultura, em 2014, aqui adequadas ao campo do Turismo.